

Política externa

■ Carlos Conde

A gargalhada dos ricos

A reunião de Cartagena, encerrada sexta-feira nessa histórica cidade colombiana, após dois dias de discussões, apresenta dois tipos de resultados: parcos, para os que esperavam firmes definições políticas e consequências mais específicas; e adequados, para os que aguardavam um novo e paciente passo, com mensagens aos países credores do Primeiro Mundo.

Já há quem diga, agora, que Cartagena se destinava, apenas, a tranquilizar os países ricos, depois de uma série de gestos, ao Sul, que poderiam ter causado preocupações às nações do Norte, ao FMI e aos grandes e médios bancos privados internacionais. Cartagena, nesse sentido, teria o objetivo principal de mostrar, por intermédio de uma decisão conjunta, que não era objetivo dos países devedores formar um cartel, declarar a moratória nem pressionar firmemente para a mudança, imediata e firme, das regras que conformam hoje as finanças e o comércio mundiais.

Havia inquietações ao Norte, sem dúvida. E elas eram manifestadas, cada dia com mais clareza, na medida em que um núcleo de países da América Latina começou a lançar suas mensagens de rebeldia. Esse núcleo era formado por Brasil, Argentina, México e Colômbia. Se houve preocupação exagerada dos países ricos é que o recado latino-americano foi mal entendido. O que se pretendia por aqui, na verdade, era manter um mínimo de condições para continuar pagando a dívida. Em todos os documentos emitidos nos últimos meses, tanto os isolados como os em bloco, havia uma promessa bastante formal de que ninguém desejava se furtar à liquidação da dívida. O que se dizia, ao Norte, e que o Norte cismava em não ouvir, é que com a série de iniciativas que estava sendo adotada esse pagamento se tornaria cada vez mais difícil. As taxas de juros subiam, agravando enormemente os números do débito. E um protecionismo a cada momento mais cruel impedia que os devedores conseguissem expandir o comércio exterior e formar dividendos suficientes para arcar com os prejuízos de uma dívida que originalmente já não era pequena.

As pretensões do Sul não iam muito além disso. Olhava-se o problema mais a curto prazo, nos seus aspectos conjunturais. As mudanças de estrutura poderiam ou deveriam vir depois. Os ricos resistiriam mais a elas, porque se estaria mexendo em um sistema já consolidado e de que eles tanto gostam. E até porque qualquer tipo de alteração nessa estrutura sempre demoraria mais.

O Brasil, pelo menos, sempre foi muito realista a respeito dos resultados que poderiam ser obtidos a partir de um tratamento mais político da dívida externa. A área econômica do governo, que lida há um bom tempo com o FMI e os bancos, conhece suas manhas e as faixas cinzentas em que, aqui e ali, é possível atuar. Sempre se vendeu a essas instituições a idéia — que é aliás verdadeira, segundo o nosso ponto de vista — de que o Brasil é um país viável. E de que, por maiores que sejam os desatinos cometidos, sempre reunirá condições potenciais para se safar das trapalhadas. De modo geral isso é verdade, embora nos últimos tempos se tenha exagerado um pouco na prática dessa tese.

De qualquer forma, o Brasil sabe que não há possibilidade de obter demasiado dos países credores, do FMI e dos bancos. A estratégia de tratamento político da dívida, assim, foi montada muito mais como uma força de contenção. Como uma barreira para impedir que o Norte matasse a galinha dos ovos de ouro que é a dívida externa dos países do Sul. O Brasil entrou no jogo pensando sobretudo nisso. Tudo o mais que pudesse ocorrer viria como lucro não muito esperado. O Brasil foi a Cartagena com esse propósito e essa esperança. E não pode reclamar dos resultados do encontro, porque não esperava mais do que esse passo político. Quem aguardava mais deve estar decepcionado.

Novos passos virão e já se anuncia especificamente uma outra reunião. E um jogo de paciência e a pergunta básica a fazer é se os países ricos, o FMI e os bancos não só estão entendendo o que ocorre como se desejam agir em função das premissas colocadas pelo Sul. Tenho alguma dúvida quanto a isso. Outro dia almocei com diplomatas de uma das embaixadas mais poderosas de Brasília. Eles diziam querer conhecer as verdadeiras intenções brasileiras e latino-americanas nesse jogo. E perguntavam que tipo de resultados o governo Figueiredo e os demais governos do subcontinente esperavam da estratégia que colocaram em marcha. Respondi um pouco com as idéias acima e nessa altura inverti a pergunta: os pobres conseguiriam, efetivamente, convencer os ricos a operar algum tipo de mudança, a ser mais tolerantes? Meus interlocutores são pessoas civilizadas, gentis, treinadas para ser educadas. Mas não conseguiram conter o riso, em coro. Eles riram, riram muito, deram uma grande gargalhada. Talvez os ministros Guerreiro, Delfim e Galvão possam trocar algumas idéias, em uma próxima reunião, sobre gargalhada dos países ricos.